

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 224/2019/SEAGRI/RO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: . 0025.439816/2018-89

OBJETO: É o Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual e futura prestação de serviços de frete para transporte de calcário do depósito onde foi adquirido até o município da solicitação, visando atender a demanda necessária da secretaria de estado da agricultura – SEAGRI e fundos, na correção do solo dos 52 municípios e seus distritos requisitantes, contribuindo assim para o fortalecimento da agricultura familiar do estado de Rondônia.

TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO, através de seu Pregoeiro, designado por meio da **Portaria Nº 35/2019/SUPEL-CI de 11 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia do dia 11 de fevereiro de 2019**, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto tempestivamente pela empresa **COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE RONDONIA - CTR – CNPJ: 06.020.142./0001-05**, já qualificada nos autos epígrafados, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

I – SÍNTESE DOS FATOS ALEGADOS:

COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE RONDONIA - CTR :

Em suas manifestações de recurso (**intenção**) – SEI - 7192622, alega a empresa recorrida deixou de atender as exigências contidas no anexo I do edital, deixando de apresentar veículos que seriam imprescindíveis para a execução dos serviços (caminhões Basculantes).

Em sua **peça recursal** (anexada ao sistema), a empresa trouxe fatos alheios a sua manifestação recursal, sendo que a mesma alega que a empresa não apresentou seus Atestados de Capacidade Técnica em conformidade com o edital, bem como, a Declaração de Aparentamento técnico, apresentou a listagem de veículos, os quais não se enquadravam na execução dos serviços e ainda informou que os equipamentos não possuíam cadastro na ANTT.

A empresa recorrente solicita a reforma da decisão que classificou a empresa recorrida, haja vista, que sua proposta não atende as exigências solicitadas no termo de referência e edital de licitação.

II – DAS CONTRARRAZÕES:

A empresa **HP NAVEGAÇÃO E LOGISTICA LTDA**, apresentou suas contrarrazões (SEI – 7251175, como dispõe a legislação pertinente, a qual fora inserida em tempo hábil no sistema comprasnet, atendendo, assim, as prerrogativas legais que norteiam os princípios licitatórios.

Em sua defesa, a empresa refuta as alegações da empresa recorrente, arguindo que o edital não delimitou, nem tão pouco a obrigatoriedade de apresentar os caminhões basculantes como condição de habilitação.

Em relação ao Atestado de Capacidade Técnica, informa que os mesmos possuem veracidade e ainda mostram-se compatíveis com os serviços que deverão ser executados.

Por derradeiro solicita a empresa recorrida, que sejam rejeitadas as alegações da empresa recorrente, mantendo assim o julgamento proferido pelo pregoeiro no certame.

III – DO MÉRITO:

Em atenção ao direito de manifestação e interposição de recurso, previsto no art. 26, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, e ao artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, após análise dos recursos interposto pela empresa e ainda, levando em consideração que houve Contrarrazões apresentadas pela empresa participante, o Pregoeiro, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, com base nas informações adquiridas, se manifesta da seguinte forma:

Primeiramente vislumbra-se que,

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos (Art. 3º, Lei. 8.666/93).

Segundo a 4ª Edição - Revista, atualizada e ampliada, Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório obriga a administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

Preliminarmente precisamos destacar que o Pregoeiro balizou seus atos nos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo a moralidade.

I – CAMINHÕES BASCULANTES

Em que pese a empresa recorrida ter alegado que o descumprimento ao edital, mais relativamente ao ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS; afirmando que a empresa deveria ter apresentado em sua Declaração de equipamentos o caminhão basculante, o Pregoeiro que está estritamente vinculado as normas editais, não vislumbra no arrazoadado apresentado pela empresa, a obrigatoriedade no ato da licitação de apresentação do objeto requerido, bem como, o ANEXO – I- ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO (Termo de Referência), não é taxativo quanto a tal exigência; pelo contrário, a redação deixa aberta quando fala: (...) *O calcário será transportado de uma das usinas de processamento, até a cada município ou seus distritos, de preferência utilizando-se caminhões basculantes com capacidade de transporte por carga mínima de 35 toneladas. O transporte contratado deverá atender as 102 localidades (sede dos 52 município e os distritos listados no ANEXO I), cuja distância média é de 354,7 km.. Sendo assim, não há o que se falar em descumprimento de regra editalícia, no entanto, cabe a Secretaria de Agricultura do Estado – SEAGRI-RO, proceder a fiscalização do contrato para melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.*

II – ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Em revisão aos atos praticados pelo pregoeiro, reafirmamos que não houve descumprimento ao item: 10.8.1 Relativo à Qualificação Técnica – Atestados de Capacidade Técnica, ainda que a ausência da matrícula do emitente do Atestado do Batalhão do Exército, a justificativa da recorrida encontra fundamento quanto a designação para a função administrativa: *(funcional e é identificado por sua patente, (sargento, tenente, soldado etc.) e não por uso de matrícula funcional como servidores civis, de acordo com a legislação militar pertinente. Ainda nesta linha de raciocínio os responsáveis pelos Atestados Privados não possuem matrículas funcionais, regidos por convenção privada de direitos laborais possuem Cargos (gerentes, supervisores, diretores etc.)*

Cabe destacar que a empresa recorrida apresentou outros atestados que comprovaram a sua expertise para a contratação pretendida, ou seja, no momento da habilitação a empresa (31/07), enfrentamos problemas de execução de sistema o que ficou registrado No chat de mensagens do referido pregão:

Para H P LOGISTICA E NAVEGACAO MULTIMODAL LTDA - O Pregoeiro COMUNICA que devido a problemas na execução do Sistema e instabilidade no COMPRAS NET, o Pregoeiro informa que a empresa poderá encaminhar os Documentos relativos a Propostas de Preços e documentos de Habilitação via e-mail (gamasupel@hotmail.com).

Importante frisar, que a empresa recorrida encaminhou seus documentos via e-mail (gamasupel@hotmail.com e sistema comprasnet – campo anexo), dentro do prazo estabelecido pelo pregoeiro. (Docs. de Habilitação – SEI – 7313097), como podemos mostrar conforme o Termo de Juntada – SEI – 7313157.

Restou constatado que os documentos apresentados pela empresa recorrida, atenderam satisfatoriamente o que preconiza a Lei nº 8.666/93, bem como, a Orientação Técnica 01/SUPEL/RO, sendo os mesmos compatíveis em características, prazos e quantidades.

IV – DA DECISÃO:

Diante dos fundamentos acima apresentados, a **Comissão de Licitação Gama, na pessoa de seu Pregoeiro**, opina nos seguintes termos:

I – Julgar **IMPROCEDENTE** o recurso da empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE RONDONIA - CTR, **bem como, manter a DECISÃO que HABILITOU** a empresa: **HP NAVEGAÇÃO E LOGISTICA LTDA.**

Submete-se a presente decisão à análise do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho/RO, 14 de agosto de 2019.

ROGÉRIO PEREIRA SANTANA
Pregoeiro GAMA/SUPEL/RO
Mat. 300109135



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 527/2019/SUPEL-ASSEJUR

Referência: Processo administrativo 0025.439816/2018-89 - Pregão Eletrônico nº 224/2019/GAMA/SUPEL/RO

Procedência: Comissão de Licitação GAMA/SUPEL

Interessado: Secretaria de Estado da Agricultura- SEAGRI

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de frete para realizar o transporte de calcário.

Valor estimado: R\$ 2.979.480,00 (dois milhões, novecentos e setenta e nove mil quatrocentos e oitenta reais)

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Atestado de capacidade técnica. Diligências. Conhecimento. Manutenção do julgamento da Pregoeira.

I - INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente **COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE RONDÔNIA CTR** (7192622), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos o Pregão nº 224/2019/SUPEL/RO.

II - ADMISSIBILIDADE

4. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.
5. Foram apresentadas contrarrazões aos autos (7251175).

III - DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE RONDÔNIA CTR (7192622)

6. A recorrente apresenta inconformismo com a decisão que habilitou a recorrida **H P LOGISTICA E NAVEGACAO MULTIMODAL LTDA** para o certame.
7. Afirma a recorrente que os caminhões apresentados pela licitante *"não configura frota, tão pouco frota para atender ao transporte rodoviário de cargas para transporte de calcário, uma vez que a Licitante possui 04 (quatro) cavalos mecânicos, sendo 02 (dois) deles com ano de fabricação 1994, ou seja com 25 (vinte e cinco) anos de uso e outros 02 (dois) com ano de fabricação 2001, ou seja com 18 (dezoito) anos de uso."*
8. Alega que, a recorrida não comprovou a propriedade de nenhum conjunto como Veículo Caminhão + Carreta Basculante com capacidade mínima para 35 Toneladas, pois aduz que o edital em sua especificação técnica solicita que o transporte seja realizado com caminhão basculante.
9. Relata ainda que, a declaração de capacidade técnica e o atestado de capacidade técnica não possuem matrícula do responsável e que os documentos não especificam que tipo de transporte de cargas, assim não comprovam a capacidade técnica para transporte rodoviário de cargas.
10. Por fim, alega que tais declarações não trazem a matrícula do signatário.
11. Desta forma, pugna pelo conhecimento e procedência do seu recurso, para reformar a decisão da Pregoeira e inabilitar a recorrida **H P LOGISTICA E NAVEGACAO MULTIMODAL LTDA**.

IV - DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO DA HP LOGÍSTICA E NAVEGAÇÃO LTDA (7251175)

12. Em suas contrarrazões, a recorrida **H P LOGISTICA E NAVEGACAO MULTIMODAL LTDA** afirma que as alegações são pífias.
13. Afirma que, o edital não exige que a recorrida possua frota própria e que tais veículos foram apresentados apenas como demonstração de parte da frota.
14. Defende que o edital não exige taxativamente que o transporte seja realizado por caminhão basculante e sim preferencialmente.
15. Em relação aos atestados de qualificação técnica não possuir matrícula, informa a recorrida que *"militar não possui matrícula funcional e é identificado por sua patente, (sargento, tenente, soldado etc.) e não por uso de matrícula funcional como servidores civis, de acordo com a legislação militar pertinente. Ainda nesta linha de raciocínio os responsáveis pelos Atestados Privados não possuem matrículas funcionais, regidos por convenção privada de direitos laborais possuem Cargos (gerentes, supervisores, diretores etc.)."*
16. Em relação a declaração de que a empresa não especificou em seus atestados o tipo de carga e se o transporte foi realizado por via terrestre a recorrida esclarece que os *"Atestado e Declaração de pessoa jurídica, são de contratos o Exército Brasileiro, para transporte fluvial e rodo fluvial, bem como foi Apresentado a Ata de Registro de Preços nº 02/2018, firmado com o 6º Batalhão de Engenharia de Construção, onde temos que recolher a carga a ser transportado nos locais designados pelo Contratante – transporte rodoviário, coloca-los sobre balsa – transporte fluvial, transportá-los de Manaus a Tabatinga,*

aproximadamente 1.500 km, 4 vezes mais que solicitado neste certame, com fim de descarregar, embarcar em caminhões basculantes e proceder a entrega – transporte rodoviário, sistema porta a porta. Portanto, o objeto maior foi o transporte de uma cidade à outra, embora seja um contrato com as duas modalidades – rodoviário e fluvial. Na Declaração fornecida pelo 8º Depósito de Suprimento – sediado em Belém/PA, originária da Ata de Registro de Preços do Pregão 16/2018, os serviços são realizados em diversas rotas, tanto fluvial, quanto rodo fluvial e rodoviário".

17. Assim sendo, pugna a recorrida pela manutenção de sua habilitação.

V - DECISÃO DO PREGOEIRO (7326808)

18. Compulsando os autos, a Pregoeira julgou:

- **IMPROCEDENTE** o recurso da empresa **COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE RONDONIA - CTR**, para manter a **DECISÃO** que **HABILITOU** a empresa: **HP NAVEGAÇÃO E LOGISTICA LTDA**.

VI - PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

19. No dia 31 de julho de 2019 foi realizado o Pregão nº 224/2019, onde a recorrente **COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE RONDÔNIA CTR**, inconformada com a decisão do Pregoeiro que habilitou a recorrida **H P LOGISTICA E NAVEGACAO MULTIMODAL LTDA**, apresentou recurso administrativo (7192622), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.

20. Em síntese, a recorrente alega que (i) os veículos apresentados pela recorrida não atendem ao exigido no edital; (ii) os atestados de capacidade técnica não contém a matrícula do signatário; e (iii) os atestados não especificam que tipo de transporte foi realizado.

21. Pois bem, passa-se a análise.

22. Em relação ao primeiro ponto, após os recebimento do recurso por esta Setorial, os autos foram encaminhados a SEAGRI, por meio do despacho (7639372), para emissão de parecer técnico acerca dos pontos controvertidos apresentados na peça recursal.

23. Nesse passo, a equipe técnica emitiu o Parecer nº7/2019/SEAGRI-GEPE (7681800), o qual concluiu que:

DAS CONSIDERAÇÕES:

(...)

h) - Os veículos basculantes são providos de mecanismo de descarga, sem a utilização de mão-de-obra braçais ou mecânicas, por definição da ABNT NBR 9762 / Fev 2006 basculante: Compartimento funcional constituído de compartimento aberto para o transporte de cargas com sistema de basculamento no sentido lateral ou traseiro para o rápido escoamento. Já os veículos de transporte de carga seca, por definição da ABNT NBR 9762 / Fev 2006: carga seca: Compartimento simples, aberto com grade laterais, frontais e traseiras, destinado ao transporte de caixas, sacarias, enlatados etc.

i) - A Ata de registros de preço, visa a contratação de empresa especializada em serviço de frete para realizar o transporte de calcário aos 52 municípios do Estado de Rondônia, estimada em transportar, aproximadamente, 20.000.000 kg, de calcário a granel, portanto faz-se necessário a

utilização de veículos próprios para transporte este insumo, além de ter agilidade para efetuar a carga, transporte e a descarga do insumo ao menor custo possível.

j) - O edital e demais peças do processo, em especial na especificação técnica do objeto, aponta que: O calcário será transportado de uma das usinas de processamento, até a cada município ou seus distritos, de preferência utilizando-se caminhões basculantes com capacidade de transporte por carga mínima de 35 toneladas. O transporte contratado deverá atender as 102 localidades (sede dos 52 municípios e os distritos listados no ANEXO I), cuja distância média é de 354,7 km. Neste contexto a utilização de caminhões basculantes, visa otimizar o transporte, pelo fato de não gerar despesas com o carga e descarga do calcário a granel, ciente que esta função de descarga e realizado pelo basculamento dos vagões do próprio veículo, não demandando mão-de-obra complementar.

DO PARECER:

O parecer reportará ao despacho SUPEL-ASSEJUR id 7639372, que solicita a elaboração de parecer técnico acerca dos pontos controvertidos.

(...)

Quanto ao questionamento do despacho, sobre os meios empregados no transporte do calcário a granel, tecnicamente os meios de transporte deverá ser feito por caminhões basculantes, providos de sistemas de descarga pelo processo de basculamento do vagão graneleiro basculante, sem a utilização de mão-de-obra humana.

A utilização de caminhões com carrocerias tipo carga seca, implicará no descarregamento manual, portando, haverá um acréscimo com a pagamento da mão-de-obra para efetuar os serviços de descarregamento, além de aumentar o tempo entre as viagens. Outra desvantagem deste meio de transporte será o fato que ao descarregar o produto ficará esparramado, dificultando o carregamento em caminhões menores, que irá transportar até as propriedades rurais. Quando utiliza-se basculante o produto fica concentrados em pequenos montes, facilitando a cobertura com lonas, para evitar que molhe com as chuvas e também facilita no momento de carregamento com pás mecânicas.

No Termo de Referência, id 6784773, especificamente, no item 5.2, para que a empresa seja habilitada deverá atender o referido critério:

5.2 – Independente do volume de calcário a ser transportado por contrato a empresa deverá ter capacidade de transportar até 50 (cinquenta) viagens por mês, utilizando de forma simultânea até 5 (cinco) veículos próprios para transporte do calcário;

Sendo este item, parte do processo, a empresa habilitada, deverá apresentar, quando solicitada, a relação de *“5 (cinco) veículos próprios para transporte do calcário.* Visto ser necessário e OBRIGATÓRIO na execução do processo, já que ao emitir a ordem de serviço deverá constar as informações dos veículos autorizados a efetuar o carregamento nas Usinas citadas nos autos.

Alertamos que a empresa habilitada deverá estar ciente do item 18.4 do Termo de Referência id 6784773, quanto a subcontratação;

18.4 - Fica vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto do presente Termo de Referência ou futuro contrato;

Portanto, mais uma vez, o processo estabelece critérios claros e objetivos, a empresa habilitada deverá ter veículos próprios para execução do objeto. Entende-se por *veículos próprios para transporte do calcário*, o conjunto de cavalo/trator mais o/s basculante/s, a depender da composição.

Ao visualizar os autos de forma ampla, observa que os pontos controvertidos, poderão ser solucionados aplicando os termos do Edital, id 6854068, em especial o item 10.8.1.3:

10.8.1.3. Na apresentação do documento (ATC) com as exigências acima citadas, haja qualquer dúvida, não enseja na imediata inabilitação do licitante, cabendo a Comissão de Licitação, se for o caso, empreender diligência para averiguar a veracidade do documento.

Logo, ao solicitar da empresa habilitada quais veículos serão utilizados no transporte do calcário a granel, tais dúvidas serão dirimidas, com a apresentação da descrição detalhada dos veículos.

DA CONCLUSÃO

Quanto aos pontos controvertidos, há de se concluir que o veículo que atende os serviços contratados, serão os caminhões basculantes, conforme descrito na especificação técnica do Edital

e demais peças do processo.

O uso de outro tipo de veículo, a exemplo “carga seca”, implica em despesas, principalmente, para descarga do produto a granel. Sendo que essa possível despesa deverá ser coberta pela empresa habilitada em transportar, visto que o Edital estabelece que o estado arcará com o custo do transporte, ou seja, o carregamento e a descarga será por conta da empresa contratada pelos serviços.

Conclui-se que após apresentação da relação completa dos possíveis veículos (composição cavalo/trator e vagão basculante), tais pontos controvertidos, serão sanados de imediato.

24. Em análise ao parecer emitido pela SEAGRI, verifica-se que a Secretaria justificou acerca da necessidade do transporte ser realizado por caminhões basculantes ou caso o transporte fosse realizado por outro tipo que a empresa habilitada deveria arcar com os custos com carga e descarga.

25. Sabe-se que é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

26. Ante as informações prestadas pela SEAGRI, foi solicitado diligência junto a empresa recorrida, onde ela se manifestou na seguinte forma, por meio de *e-mail* (7765261):

(..)

Realizaremos o contrato através de caminhão basculante- por ser mais prático e viável.

Nossa estrutura operacional, administrativa e financeira, nos permite DECLARAR que estaremos com toda estrutura pronta para o desenvolvimento do contrato - não só com caminhões basculantes, bem como toda equipe de campo necessário.

Durante a fase do Pregão, demonstramos enfaticamente, nossa capacidade execução, pois já realizamos inúmeras atividades na área de transporte- transporte fluvial: Manaus/Belém/Manaus, Manaus/Tabatinga-AM/Manaus, e na área de transporte rodoviário- transporte através de caminhão baú, caminhões frigorificados, caminhões cegonha, caminhões prancha e caminhões basculantes.

O Edital, bem como o Termo de Referência do aludido Pregão, deixa claro: *O calcário será transportado de uma das usinas de processamento, até a cada município ou seus distritos, de preferência utilizando-se caminhões basculantes com capacidade de transporte por carga mínima de 35 toneladas.O transporte contratado deverá atender as 102 localidades (sede dos 52 município e os distritos listados no ANEXO I), cuja distância média é de 354,7 km.*

Diz ainda no Termo de Referência:

18- CONDIÇÕES GERAIS: 18.1- A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de frete, conforme o quantitativo e o detalhamento que serão previstos de acordo com a quantidade solicitada por cada município.

Assim, em resposta ao segundo tópico enviado, tendo em vista que usaremos caminhões basculantes, o serviço de carga e descarga está por si resolvido.

E, em nenhum ponto do Edital, do Termo de referência ou qualquer outro documento, **faz-se exigência de propriedade dos equipamentos. (...) grifo nosso**

27. Portanto, resta claro que a recorrida realizará o **transporte por meio de caminhão basculante, logo, com veículo próprio (adequado) para o transporte de calcário.**

28. Ademais, assistente razão a recorrida ao afirmar que não há necessidade de que os equipamentos sejam de propriedade da empresa contratante, visto que o objeto da licitação é o serviço transporte e em nenhum momento é solicitado no Edital tal comprovação.

29. Quanto a exigência de relação completa dos veículos, como informado pela SEAGRI no Parecer técnico, a empresa contratada deverá apresentar quando solicitada NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, já que ao emitir a ordem de serviço deverá constar as informações dos veículos autorizados a efetuar o carregamento nas Usinas citadas nos autos, portanto, em momento oportuno.

30. Por fim, resgata-se aqui a obrigação de a empresa entregar o objeto de acordo com especificação técnica do Edital e consequentemente da proposta, e que, o não cumprimento das regras do edital levam a efeito a imputação de multas e demais sanções consignadas na peça balizadora do certame, cabendo a Secretaria de origem a sua fiscalização.

31. Destarte, não assiste razão alguma à Recorrente, quanto a este ponto.

32. No que concerne aos atestados de capacidade técnica não conterem a matrícula do signatário, como bem mencionado pelo Pregoeiro a *"justificativa da recorrida encontra fundamento quanto a designação para a função administrativa"*, visto que os militares são identificados por sua patente e não foi levantado qualquer indício de falsidade do documento, assim, entendemos válidas as informações até prova em contrário.

33. Em relação aos atestados não especificam que tipo de transporte foi realizado, vejamos o que dispõe o edital:

10.8.1.1. Os serviços em geral, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte:

I. – até 80.000,00 (oitenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características;

II. - de 80.000,00 (oitenta mil reais) a 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidade, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo.

34. O artigo 30, inciso II da Lei 8.666/93, reza que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade **pertinente e compatível em características**, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

35. Desta forma, observa-se que tanto o edital de licitação como a legislação exigem que os atestados de experiência anterior possuam características pertinente e compatível e não iguais, portanto, resta comprovado que a recorrida realizou transporte multimodal, ou seja, tanto fluvial como terrestre e ainda com caminhões basculantes (Atestados de capacidade de Págs. 1, 3, 15, 17, 21, 23, 73 e 81 de Id 7313097).

36. Por tais razões, entendemos correta a decisão do Pregoeiro mantendo a habilitação da recorrente **H P LOGISTICA E NAVEGACAO MULTIMODAL LTDA.**

VII - CONCLUSÃO

37. Ante o exposto, opinamos pelo conhecimento do recurso e pela manutenção da decisão do Pregoeiro, julgando da seguinte forma:

- **IMPROCEDENTE** o recurso da recorrente **COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE RONDONIA - CTR**, para manter a **DECISÃO** que **HABILITOU** a empresa recorrida: **HP NAVEGAÇÃO E LOGISTICA LTDA.**

38. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

39. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidades para contrarrazões.

40. O presente parecer apenas terá validade após o aprovo por parte do Procurador Geral do Estado de acordo com o art. 11, V, da LCE n. 620/2011 c/c o artigo 9º, II da Resolução N.08/2019/PGE/RO/2019/PGE-GAB.

41. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigo

Marília dos Santos Amaral

matrícula nº 300142338

Elida Passos de Almeida

Chefe da Assessoria de Análise Técnica
em substituição

Lauro Lúcio Lacerda

Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 13/09/2019, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 17/09/2019, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília dos Santos Amaral, Assessor(a)**, em 18/09/2019, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elida Passos de Almeida França, Chefe de Unidade**, em 18/09/2019, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **7793783** e o código CRC **141B4F42**.



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 81/2019/SUPEL-ASSEJUR

À

Equipe de Licitação GAMA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 224/2019/GAMA/SUPEL/RO**PROCESSO:** 0025.439816/2018-89**INTERESSADO:** SEAGRI/RO**ASSUNTO:** ANÁLISE DO JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 224/2019

Em consonância com os motivos expostos na análise de recurso (7326808) e ao parecer proferido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE/RO (7793783), o qual opinou pela **MANUTENÇÃO** do julgamento do Pregoeiro.

DECIDO:

Conhecer e julgar **IMPROCEDENTE** o recurso da recorrente **COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE RONDONIA - CTR**, mantendo a habilitação da recorrida **HP NAVEGAÇÃO E LOGISTICA LTDA**.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão do Pregoeiro da Equipe/GAMA.

Ao Pregoeiro da Equipe/GAMA para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

Porto Velho (RO), 18 de setembro de 2019.

MARCIO ROGÉRIO GABRIEL

Superintendente/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Rogério Gabriel**, Superintendente, em 18/09/2019, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **7934697** e o código CRC **74C5BD13**.

Referência: Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0025.439816/2018-89

SEI nº 7934697